A DIOCESE DO MARANHÃO E O SEU TRICENTENÁRIO

Fernando Câmara

É com a mais grata satisfação que ocupo a tribuna desta tradicional Casa de Cultura para, de acordo com a pauta estabelecida, fazer a palestra do dia.

Tal como o fiz no ano passado, abordarei novamente um tema ligado à História Eclesiástica, intitulado — A DIOCESE DO MARANHÃO E O SEU TRICENTENÁRIO — tendo em vista o auspicioso acontecimento religioso, que será comemorado naquele Estado no próximo dia 30 de agosto, data da fundação do Bispado Maranhense.

O Instituto do Ceará não poderia olvidar esta importante efeméride, pois, se eclesiasticamente éramos ligados à Igreja de Pernambuco até 1854, quando se verificou a criação do Bispado Cearense, civilmente a Capitania do Ceará foi até certo tempo subalterna à do Maranhão, o mesmo ocorrendo depois com o nosso Poder Judiciário, que durante alguns anos esteve na dependência da Relação do Maranhão.

Portanto, a nossa História entrelaça-se com a da terra de Gonçalves Dias, que, inclusive, já teve fronteiras com a nossa então Província até 1870, quando, pela Lei no. 1.360, de 5 de novembro, permutava-se o município de Príncipe Imperial (hoje Crateús) pelo distrito de Amarração, para que o Piauí tivesse acesso ao mar.

Todos nós sabemos que o primeiro Bispado criado em terras brasileiras foi o da Bahia de Todos os Santos, em 25 de fevereiro de 1551, através da Bula SUPER SPECULA MILITANTIS do Pontífice Júlio III. Com o decorrer dos anos a vastidão do nosso território, já bastante povoado, não permitia que um só Pastor pudesse cuidar do seu rebanho, dando-lhe a assistência necessária.

Foi atendendo à representação da Corte Portuguesa neste sentido que o Papa Inocêncio XI criou em 14 de novembro de 1676 os Bispados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, promovendo igualmente a Diocese da Bahia à categoria de Arcebispado. A nova situação favoreceu consideravelmente a ação pastoral do Metropolita Baiano, mas tornava-se bastante difícil para o novo prelado de Pernambuco, que tinha sob a sua responsabilidade o pastoreio de uma imensa região que se estendia desde aquela Capitania Nordestina até os confins da Amazônia, abrangendo ainda parte do território de Goiás – Mais da metade do território da então colônia portuguesa!

Reconhecendo a gravidade do caso, logo no ano seguinte ao da fundação dos dois Bispados, o Pontífice Inocêncio XI, pela Bula INTER UNIVERSAS, de 30 de agosto de 1677, instituía a Diocese do Maranhão como sufragânea do Patriarcado de Lisboa, tendo em vista serem mais fáceis as comunicações da nova Sede Episcopal com a Metrópole Portuguesa do que mesmo com com a Bahia. A nova Diocese compreendia os territórios dos atuais Estados do Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas e parte de Goiás e somente em 5 de junho de 1828, pela Bula ROMANORUM PONTIFICUM VIGILANTIA, do Papa Leão XII, passou a ser sufragânea do Arcebispado da Bahia.

O primeiro Bispo do Maranhão foi o franciscano Dom Frei Antônio de Santa Maria, que não chegou a tomar posse da Diocese, por ter sido logo depois designado para o Bispado de Miranda em Portugal. Dom Gregório dos Anjos, presbítero secular e Doutor em Teologia, era Bispo de Malaca, quando teve a sua remoção para o Sólio Maranhense, assumindo o cargo em 11 de julho de 1679 e nele permanecendo até a sua morte verificada no dia 11 de maio de 1689. Encontra-se sepultado na Catedral e foi o primeiro Bispo que visitou pastoralmente Belém do Pará, desembarcando na capital paraense e 31 de julho de 1680. Teve como sucessor o carmelita Dom Frei Francisco de Lima, nomeado em 9 de outubro de 1690 e transferido, antes mesmo de tomar posse, para o Bispado de Pernambuco.

O quarto Bispo do Maranhão foi o eremita de S. Paulo, D. Frei Timótheo do Sacramento, nomeado no Pontificado de Inocêncio XII, pela Bula GRATIAE DIVINAE, de 17 de dezembro de 1696. Assumiu o governo da Diocese em 30 de maio de 1697 e deixou a tradição de um Pastor zeloso e severo no cumprimento do dever, não tolerando mesmo qualquer ingerência em suas atividades pastorais. Em 7 de fevereiro de 1700 no-

meou três Governadores para o Bispado, viajando em seguida para Portugal, onde faleceu na cidade de Setúbal, em abril de 1714.

O português de Coimbra, Dom José Delgarte, que tinha fama de orador sacro e no magistério exercera a cadeira de teologia, foi o 5o. Bispo do Maranhão. Sua designação para o Sólio Maranhense data de 29 de fevereiro de 1716 e a posse ocorreu em 12 de julho de 1717. Incentivou a campanha em favor da vocações sacerdotais, aumentando consideravelmente o clero diocesano, além de construir algumas igrejas. Durante o seu episcopado foi criada a Diocese do Grão Pará, pela Bula COPIOSUS IN MISERICÓRDIA, de 4 de março de 1719, do Pontífice Clemente XI.

Algum tempo depois, já bastante enfermo, solicita permissão para um tratamento de saúde na Corte, que lhe foi sumariamente negada. Agravando-se a enfermidade, veio a falecer no dia 14 de dezembro de 1724, cercado da veneração e estima dos seus diocesanos, que o sepultaram na Catedral da sua diocese, pela qual dera a própria vida! A sede episcopal do Maranhão passa a ser ocupada pelo ilustre Dom Frei Manuel da Cruz, cisterciense e membro de uma das mais nobres famílias de Portugal, que assumiu solenemente a honrosa função no dia 29 de junho de 1739.

Foi um dos pastores que, a exemplo do seu abnegado antecessor, muito batalhou pelo aumento de sacerdotes na sua diocese, conferindo o presbiterato a nada menos de 110 padres, enquanto ocupou a mitra daquele Bispado. Com a criação da Diocese de Mariana, em 6 de dezembro de 1745, coube a Dom Frei Manuel da Cruz dirigir os destinos do novo Bispado, entrando solenemente em sua Catedral no dia 15 de outubro de 1748.

O 7o. Bispo do Maranhão foi o franciscano e doutor em teologia, dom Frei Francisco de São Tiago, que desembarcou em S. Luís no dia 2 de julho de 1747 e empossou-se a 14 do mesmo mês. Homem reservado, tinha mais vocação para o claustro do que mesmo para o pastoreio das almas, e sua saúde era das mais precárias, não permitindo uma intensa atividade pastoral. Faleceu em viagem, quando regressava da Fazenda São Lourenço, onde fora procurar melhores ares, no dia 18 de dezembro de 1752. Seu corpo depois de embalsamado foi conduzido a S. Luís e sepultado na capela-mor da Catedral.

Após quase cinco anos de Sede Vacante, o Papa Bento XIV vem de nomear para o Sólio Maranhense o agostiniano Dom Frei Antônio de São

José, doutor e mestre laureado em teologia, que assumiu o Governo da Diocese através de procuração concedida ao Cônego João Rodrigues Covette. Foi um administrador dos mais eficientes e defensor intransigente dos jesuítas, quando da luta iniciada pelo Marquês de Pombal contra a Companhia de Jesus.

Em 1778 a Rainha D. Maria I apresentou o seu nome para o Arcebispado da Bahia, cargo que não chegou a ocupar, por ter falecido em 9 de agosto de 1779.

Dom Jacintho Carlos da Silveira, primeiro sacerdote do clero secular designado para a Mitra do Maranhão, não chegou a conhecer sua Diocese. Nomeado em 1o. de março de 1778, assumiu, por procuração concedida ao Cônego João Duarte da Costa, o Governo do Bispado.

Dois anos depois, ou seja, em 8 de agosto de 1780, renuncia à mitra maranhense, e encontrava-se no Arcebispado de Évora, quando foi assassinado pelas tropas francesas, comandadas por Junot, em 29 de junho de 1808. Também não veio conhecer o Maranhão o seu sucessor, Dom Frei José do Menino Jesus, carmelita descalço e o primeiro brasileiro a ser designado para aquele Sólio Episcopal. Preferiu enviar procuração ao mesmo Cônego João Duarte da Costa, que ficou no Governo do Bispado até o dia 18 de julho de 1783, quando foi removido para a Diocese de Viseu em Portugal.

Um dos maiores Bispos do Maranhão foi Dom Antônio de Pádua e Bellas, membro da ordem franciscana e laureado em teologia. Teve uma atuação das mais dinâmicas e enfrentou com desassombro as investidas do Governador José Teles da Silva, que desejava interferir em suas atividades pastorais. Chegou mesmo a ser detido em seu Palácio, mas em momento algum abriu mão dos seus direitos. Visitou pastoralmente, em longas e penosas viagens, a sua Diocese, e durante a epidemia da varíola, foi de uma dedicação edificante para com os doentes. Renunciando ao Bispado, recolheu-se depois ao convento da sua ordem em Setúbal, onde se dedicou à vida literária escrevendo importantes obras. Faleceu no dia 21 de janeiro de 1808.

Dom Joaquim Ferreira de Carvalho, membro do clero secular e vigário da Paróquia de São Romão na cidade de Porto, foi o 12o. Bispo do Maranhão, por nomeação do Pontífice Pio VI, datada de 1o. de junho de 1795. Depois de governar o Bispado por procuração concedida ao Arce-

diago José Maciel Aranha, assumiu pessoalmente o cargo em 8 de julho de 1799, quando desembarcou em S. Luís. Tentou corrigir os abusos existentes nos conventos do Maranhão, procurando também disciplinar o clero diocesano. Mais de uma vez, escreveu relatórios às autoridades competentes solicitando ajudas e providências, as quais não foram levadas em consideração. Faleceu prematuramente a 25 de abril de 1801, em extrema pobreza, nada deixando para cobrir as dívidas contraídas. Encontra-se sepultado na capela-mor da catedral maranhense.

O Bispo de Angola, Dom Luiz de Brito Homem foi o sucessor de Dom Joaquim Ferreira de Carvalho como 13o. Bispo do Maranhão. Desembarcou em S. Luís a 21 de janeiro de 1804 e no dia seguinte se entronizava na Catedral Diocesana. Apesar da timidez e precária saúde, sua passagem na Diocese é registrada com a criação de diversas paróquias, dinamização do Cabido e visitas pastorais. Faleceu em S. Luís no dia 12 de dezembro de 1813, sendo sepultado em sua catedral.

O 14o. Bispo do Maranhão, Dom Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazareth, era franciscano e natural de Leiria, em Portugal. Ascendera ao episcopado como Bispo-Prelado de Moçambique, sendo transferido para o Maranhão em 23 de agosto de 1819, pelo Papa Pio VII. Encontrava-se no governo dessa Diocese quando ocorreu a independência do Brasil, e como amigo do Rei Dom João VI aderiu à causa portuguesa. O Imperador Pedro I o instou repetidas vezes para que ficasse solidário com o novo governo brasileiro, mas o Bispo manteve-se irredutível, continuando a dar apoio e colaboração às forças portuguesas aquarteladas no Maranhão. Quando finalmente aquela Província abraça a causa nacional, Dom Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazareth embarca para a Europa, no dia 7 de Novembro de 1823, tendo antes designado o Arcipreste Luiz Maria da Luz e Sá, Governador do Bispado.

Em 4 de julho de 1824 é nomeado pela Santa Sé para o Bispado de Coimbra. Quando D. Pedro I vence as forças de D. Miguel e ocupa o trono português, o antigo Bispo do Maranhão é preso. Livre alguns anos depois, refugia-se na Inglaterra, onde viveu na maior pobreza até que resolveu voltar ao Maranhão, sendo recebido com todas as honras e homenagens devidas a um Príncipe da Igreja. Faleceu em 1o. de setembro de 1851, e repousa, no seu último sono, na Catedral daquele Estado.

Um ilustre sacerdote baiano que fora nosso deputado junto às Cortes de Lisboa em 1820, e depois representante da Boa Terra na 1a. Legisla-

tura do Império — Padre Marcos Antônio de Souza — teve a sua nomeação para o Sólio Maranhense confirmada pelo Papa Leão XII em 25 de junho de 1827. A política não o afastou da Igreja e foi o grande Metropolita da Bahia, Dom Romualdo Antônio de Seixas (Marquês de Santa Cruz) que assim o definiu: "Sempre tive ao meu lado um reforçado campeão — o sábio Padre Marcos Antônio de Souza, depois Bispo do Maranhão — que com suas luzes e eloqüência, prestou valiosos serviços à causa da Religião e do Império."

Assumindo o Governo da Diocese foi eleito também deputado provincial, ocupando sempre a Presidência, sem se prender a nenhum partido e governando o bispado livre de qualquer ingerência política. Combateu tenazmente o Regente Feijó, quando da tentativa de abolição do celibato e no desempenho do mandato legislativo conseguiu não pequenos auxílios para a sua Diocese. Durante o seu episcopado, jamais se esqueceu da pobreza indigente, distribuindo sempre o pouco que usufruía. Dom Francisco de Paula e Silva, um dos seus ilustre sucessores no Sólio Maranhense, autor da obra "APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA ECLESIÁSTICA DO MARANHÃO", o classifica como O MAIOR BISPO DA DIOCESE. Depois de uma longa enfermidade, veio a falecer no dia 29 de novembro de 1842, sendo sepultado na capela-mor da Catedral da sua amada diocese, que muito o pranteou.

O carmelita pernambucano, Dom Frei Carlos de São José e Souza, veio sucedê-lo como 16o. Bispo do Maranhão, por nomeação do Papa Gregório XVI, datada de 24 de janeiro de 1844. Contava já 67 anos de idade quando ocupou o Sólio Maranhense, e, não obstante o zelo pastoral do seu ilustre antecessor, encontrou a Diocese em difícil situação financeira, sem condições mesmo de manter o Seminário. Em relatório datado de 25 de fevereiro de 1845, expõe ao Presidente da Província o lamentável quadro e pede providências. Combate a interferência das autoridades civis em assuntos religiosos e procura corrigir os abusos existentes em certas irmandades leigas. Em busca de saúde transporta-se para Pernambuco, onde faleceu no dia 3 de abril de 1850, sendo sepultado na capela-mor do Convento do Carmo, na qual professara e fora sagrado Bispo.

O então Reitor do Seminário de São José no Rio de Janeiro, Padre Manuel Joaquim da Silveira, foi o nome proposto pelo Imperador Pedro II e aceito pelo Papa Pio IX, para sucessor de Dom Frei Carlos de São José e Souza, no Bispado do Maranhão.

Sua primeira preocupação foi restaurar a velha Catedral que se encontrava em precárias condições, o mesmo fazendo depois em relação às outras Igrejas. Não se descuidou das visitas pastorais e criou também diversas Paróquias. Iniciou a publicação de um periódico — O ECLESIÁSTICO — que passou a ser o órgão oficial da sua Diocese. Detentor da Ordem de Cristo e do Oficialato da Ordem do Cruzeiro, recebeu em 7 de março de 1868 o título de Conde de São Salvador. O Decreto Imperial de 5 de janeiro de 1861, confirmado pelo Papa Pio IX o promoveu do Bispado do Maranhão para a Sede Primacial da Bahia.

O 18o. Bispo do Maranhão foi o beneditino baiano Dom Frei Luiz da Conceição Saraiva, irmão do Conselheiro Saraiva, que chefiou um dos Gabinetes Imperiais.

Iniciou os seus estudos religiosos no Mosteiro de São Bento em Salvador, para prosseguir depois no Rio, recebendo o presbiterato das mãos do Bispo Dom Manuel do Monte de Araújo, Conde de Irajá. Revelando-se na comunidade um exemplar administrador, foi logo eleito Prior do Convento na antiga Capital da Repúblicas. No Capítulo Geral de 1857, foi promovido a Abade do Mosteiro do Rio de Janeiro, sendo reeleito para o cargo em 1860. Destacou-se igualmente como um educador da juventude, tendo o Imperador o nomeado Vice-Reitor do Colégio Pedro II,

Designado para a Mitra do Maranhão, coube ao Internúncio Apostólico Dom Mariano Falchinelli oficiar em 20 de outubro de 1861 a sua sagração episcopal com a honrosa presença de Suas Majestades Imperiais e de toda a Corte. Assumiu o governo diocesano no dia 21 de março de 1862 e, no Maranhão, a exemplo do que fizera no Rio de Janeiro, dedicou-se à formação da juventude, fundando colégios e casas de ensino. Interessou-se também pela conservação da Catedral e funcionamento do Seminário. Durante a Questão Religiosa encontrava-se na Europa, e segundo os seus cronistas, omitiu-se por completo, não escrevendo ou fazendo qualquer pronunciamento em favor dos seus colegas do Pará e de Pernambuco. Retirando-se para a Bahia em busca de saúde, faleceu no Mosteiro de São Bento, onde iniciara a sua vida religiosa, no dia 26 de abril de 1876.

O Sólio Maranhense teve em D. Antônio Cândido Alvarenga o seu 19o. Bispo, que deixou a tradição do mais longo episcopado naquela Diocese: 8 de julho de 1878 a 28 de novembro de 1898, quando o Papa Leão XIII o removeu para São Paulo.

O seu episcopado caracterizou-se pelo estabelecimento de diversas ordens religiosas: os capuchinhos italianos, ali chegados em 3 de dezembro de 1894 para a catequese dos índios e promoverem missões no interior; as Irmãs Dorotéias que se estabeleceram em S. Luís no dia 19 de janeiro de 1894 para educarem a juventude maranhense; e as Filhas de Santa Ana, que tiveram a seu cargo o Hospital de Misericórdia. Batalhou pela libertação dos escravos e foi um Pastor zeloso pelos bons costumes do seu clero. No Ceará impôs o sagrado Pálio em Dom Luiz Antônio dos Santos, quando este foi promovido para o Arcebispado da Bahia. Já bastante enfermo, completou em 31 de março de 1903 as suas Bodas de Pratas Episcopais, celebrando ainda a santa missa, para no dia seguinte entregar a sua alma ao Criador.

O sucessor de D. Antônio Cândido Alvarenga deveria ter sido o Padre Luiz de Sales Pessoa, nomeado que fora pelo Papa Leão XIII para o honroso cargo. Exercia este sacerdote as funções de Vigário Colado de Campina Grande, na Paraíba, além de desempenhar o mandato de deputado junto à Assembléia Provincial. O presbiterato recebera das mãos do intrépido D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira em 17 de março de 1877, mas, por motivos que desconhecemos, recusou a mitra maranhense. Mesmo assim, é considerado o 20o. Bispo do Maranhão.

Dom Antônio Xisto Albano foi a única presença cearense efetiva no Sólio Maranhense durante os trezentos anos de existência daquela Sede Episcopal. Natural de Fortaleza, nasceu em 6 de agosto de 1859, sendo seus pais o Barão e a Baronesa de Aratanha — José Francisco da Silva Albano e Liberalina Angélica da Silva Albano.

Iniciou os estudos no Ateneu Cearense e viajando para a Europa, cursou em Lisboa o Colégio dos Lazaristas, para concluir depois na França (Montdidier) o curso de humanidades. Recebeu a ordenação sacerdotal no Seminário de S. Sulpício, no dia 30 de maio de 1885. No Ceará foi capelão do Externato S. Vicente de Paula, da Igreja do Coração de Jesus, e mediante brilhante concurso obteve a nomeação de professor do Liceu do Ceará. Gustavo Barroso foi um dos seus alunos, dentre outras notáveis personalidades cearenses.

Eleito para o Bispado do Maranhão, sua sagração episcopal ocorreu em 18 de março de 1901, tomando posse a 5 de julho do mesmo ano. A primeira preocupação de D. Xisto Albano foi organizar um patrimônio para a Diocese e Seminário, pois com o advento da República havia sido abolido o sistema do padroado.

Durante a sua permanência na chefia da Igreja do Maranhão, concluiu a construção do Palácio Episcopal e entregou a direção do Seminário aos padres lazaristas, que ali desembarcaram no dia 14 de janeiro de 1904. O primeiro reitor, Padre Vicente Peroneille, exerceria, alguns anos depois, as mesmas funções no Seminário da Prainha.

Incompreendido o desgostoso com os ataques que a imprensa timbira lhe movia, renunciou à mitra maranhense em março de 1906 e retornou ao Ceará, onde acabou os seus dias. Encontra-se sepultado na cripta da Igreja do Coração de Jesus, nesta capital.

Dom Santino Maria da Silva Coutinho, natural da Paraíba e laureado pela Universidade Gregoriana de Roma, em Filosofia, Teologia e Direito Canônico, foi eleito 22o. Bispo do Maranhão no dia 9 de setembro de 1906. Não chegou porém a tomar posse, porque no dia 19 de março de 1907 era promovido a 1o. Arcebispo de Belém do Pará, tendo em vista a renúncia de Dom José Marcondes Homem de Melo.

O Maranhão veio a ter o seu 23o. Bispo na pessoa do lazarista Dom Francisco de Paula e Silva, homem santo cujas virtudes ainda hoje são exaltadas naquele Estado.

Foi o único Pastor que teve a sua memória perpetuada em estátua colocada pelo povo maranhense em frente à Catedral. Em sua obra "Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão", ele define Dom Marcos Antônio de Souza, um dos seus ilustres antecessores, como "o maior da Diocese", nós julgamos porém que o maior Bispo daquele tri-secular Bispado foi Dom Francisco de Paula e Silva. Ninguém o superou na piedade, apostolado e ação pastoral, durante o seu profícuo episcopado! Chegou em S. Luís a 30 de agosto de 1907, tomando posse no mesmo dia no governo da Diocese.

Dele escreveu Dom Felipe Conduru Pacheco em sua História Eclesiástica do Maranhão: "Desde logo deu-se ele todo ao seu rebanho, não se poupando a fadigas e suores, iluminando-o com as cintilações do seu saber e o vivificando com os estos de sua caridade, até o dia de sua transferência para o Céu, a 1o. de junho de 1918."

Em sua carta pastoral de saudação à Diocese conclama todos à prática da vida cristã e propõe ao clero, religiosos, vicentinos, apostolado da

oração a auxiliá-lo nas instruções ao povo, na catequese das crianças, no socorros aos desvalidos e na assistência aos enfermos, para enchê-los de esperanças imortais.

Foi um verdadeiro missionário na Diocese, procurando despertar em seu rebanho a religiosidade. A manutenção do Seminário e a dinamização das vocações sacerdotais mereceram de sua parte especial atenção. Fazia questão de pregar o catecismo na Catedral para as crianças, no que depois passou a ser assistido por todos, homens, mulheres e jovens. A primeira comunhão era realizada com muita pompa e todas as vezes que isto acontecia, muitos ouviam aquele santo Bispo dizer: — "É . . .!" o dia da minha festa, o dia feliz da minha vida!"

Após assistir incógnito a uma dessas reuniões, o Comendador Francisco Fernandes Cortez, figura destacada do jornalismo maranhense em sua época, exclamou para os presentes: — "Que grande Bispo!" Devoto da Virgem Maria, todos os anos durante o mês de maio, onde quer que estivesse, na capital ou no interior, promovia as suas novenas enaltecendo nas prédicas a excelsa figura da Mãe de Deus! Tamanho conceito desfrutava junto à Santa Sé que foi designado Visitador Apostólico da Diocese de Manaus, quando aquela sede episcopal encontrava-se em prearíssimas condições financeiras e o seu Pastor sem aptidão para solucionar o impasse.

Faleceu esta exemplar figura do Episcopado Brasileiro quando visitava pastoralmente a cidade de Parnaíba, sendo ali vitimado por uma pneumonia dupla. Atendendo a sua vontade, seu corpo foi embalsamado e conduzido a S. Luís, recebendo sepultura na Catedral, após a celebração das exéquias de praxe.

Um mês apenas, após o falecimento do santo Dom Francisco de Paula e Silva, já se conhecia o nome de seu sucessor — o salesiano D. Helvécio Gomes de Oliveira, que foi o 24o. Bispo do Maranhão.

O novo Pastor havia sido o primeiro brasileiro a professar na ordem de São João Bosco, e foi também o primeiro Bispo salesiano do Brasil. Como educador, exercera o magistério nos colégios salesianos de Cuiabá, São Paulo e Niterói. Participou em Turim, na Itália, do Capítulo Geral da Congregação, como um dos representantes da ordem neste País.

O Papa Bento XV o havia antes nomeado para a Diocese de Corumbá, em Mato Grosso, quando ocorre o falecimento de Dom Francisco de

Paula e Silva. Diante da nova situação, Dom Helvécio Gomes de Oliveira teve a sua transferência para o Maranhão, assumindo o cargo em 24 de novembro de 1918.

A propagação da boa imprensa, o incremento das vocações sacerdotais e a reforma da Catedral foram algumas das metas do novo Diocesano. Em 10 de fevereiro de 1922 pela Bula RATIONI CONGRUIT, o Papa Pio XI criava a Prelazia de São José de Grajaú, desmembrada da Diocese do Maranhão e confiando aos padres capuchinhos a sua administração.

Na mesma data era D. Helvécio Gomes de Oliveira removido para Mariana, como Arcebispo-Coadjutor com Direito à Sucessão de D. Silvério Gomes Pimenta, despedindo-se da sua Diocese em 12 de setembro de 1922. Com a avançada idade de 84 anos, faleceu na localidade de Coronel Fabriciano, no dia 25 de abril de 1960.

Dom Otaviano Pereira de Albuquerque, que ocupava a mitra do vizinho Estado do Piauí, foi o 25o. Bispo do Maranhão e o seu 1o. Arcebispo Metropolitano, tendo em vista a promoção daquela sede episcopal à categoria de Arquidiocese, pela Bula Apostólica de Bento XV, datada de 2 de dezembro de 1921.

Assumindo a chefia da Igreja Maranhense, um dos seus primeiros atos foi a realização do 1o. Sínodo Diocesano, convocando para o mesmo todo o seu clero.

Muito se interessou pela manutenção do Seminário, fazendo campanha em suas visitas pastorais em benefício daquela casa de formação religiosa. Aluno dos jesuítas em S. Leopoldo, trouxe para S. Luís estes seus antigos educadores para o ensino da mocidade maranhense.

Em 13 de abril de 1931 embarcava para o Rio de Janeiro e por questões políticas não mais regressou ao Maranhão. Foi removido para a Diocese de Campos, Estado do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1935, conservando porém o título hierárquico de Arcebispo. Faleceu naquela diocese fluminense no dia 3 de janeiro de 1949, recebendo sepultura em sua Catedral.

Uma das mais simpáticas figuras do Episcopado Brasileiro veio ocupar o Sólio Maranhense, como seu 26o. Bispo e 2o. Arcebispo Metropolitano — Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. Ascendera ao episco-

pado como Bispo Auxiliar de Diamantina e no dia 16 de dezembro de 1935 era preconizado Arcebispo do Maranhão.

Sua posse em S. Luís verificou-se no dia 29 de abril de 1936, recebendo o poder eclesiástico do Vigário Capitular, Mons. Felipe Conduru Pacheco, mais tarde Bispo de Ilhéus e depois da Parnaíba. Durante o seu episcopado ocorreu a fundação da Ação Católica, do Centro Dom Vital, a criação da Diocese de Caxias e a restauração do Cabido Metropolitano em sua plenitude. Retornam novamente a S. Luís os Irmãos Maristas, que se estabeleceram com um exemplar colégio para a educação de sua juventude.

Pastor dinâmico, visitou pastoralmente, não poucas vezes, sua Arquidiocese, criando paróquias e trazendo novas famílias religiosas. Reconhecendo a sua ação pastoral, o Papa Pio XII, em 13 de agosto de 1944 o transferiu para o Arcebispado de São Paulo, e no consistório realizado no dia 18 de fevereiro de 1946 lhe conferiu o barrete cardinalício. É atualmente o Arcebispo de Aparecida naquele Estado e um dos mais antigos membros do episcopado nacional.

O virtuoso Dom Adalberto Accioly Sobral foi o 27o. Bispo do Maranhão e o seu 3o. Arcebispo Metropolitano. Era sergipano e após receber o presbiterato exerceu interinamente as funções de Cura da Catedral de Maceió. Com a criação do Bispado de Sergipe em 3 de janeiro de 1910, passou a integrar o clero da nova Diocese, do qual foi Arcediago do Cabido da Catedral, Diretor Espiritual do Seminário, depois Reitor e por último Vigário Geral. Eleito Bispo da Barra, no Estado da Bahia, em 12 de abril de 1927, teve a sua remoção em 13 de janeiro de 1934 para a Diocese de Pesqueira, em Pernambuco.

O Papa Pio XII o promoveu em 18 de janeiro de 1947 para a Sede Arquiepiscopal do Maranhão, tomando posse solene a 18 de agosto daquele mesmo ano.

Era de uma piedade e zelo pastoral edificantes, dedicando-se ao seu clero como um verdadeiro pai para com os filhos. Um jovem sacerdote maranhense, falecido prematuramente, ao ser indagado no leito de morte se desejava transmitir algum recado para o Arcebispo, assim respondeu: "Diga ao Sr. D. Adalberto que continue a trabalhar pela santificação do clero, como vem fazendo com muito zelo!"

Há quem diga que ao chegar ao Maranhão já era portador da terrível doença que ainda hoje desafia a medicina e da qual faleceu em Aracaju, no dia 24 de maio de 1951. O seu corpo foi conduzido a São Luís, e depois de solenes exéquias oficiadas pelo Arcebispo de Belém do Pará, Dom Mário de Miranda Vilas Boas, sepultado na Catedral.

O substituto de Dom Adalberto Sobral foi o Bispo de Caicó, no Rio Grande do Norte, Dom José de Medeiros Delgado, que ocupou o cargo em 3 de Fevereiro de 1952.

O seu episcopado caracterizou-se pela atividade social, fundando a Cooperativa do Banco Rural do Maranhão e a Ação Social Arquidiocesana. Esta se estenderia pelo Vale do Mearim, onde foram criadas condições para a implantação de famílias necessitadas.

Fundador da Universidade Católica, durante a sua permanência naquela Arquidiocese teve a colaboração de dois Bispos Auxiliares: Dom Otávio Aguiar e depois Dom Antônio Batista Fragoso, os primeiros a exercerem este cargo no Maranhão.

Com a renúncia de Dom Antônio de Almeida Lustosa, foi Dom José de Medeiros Delgado nomeado em 10 de maio de 1963, seu substituto em Fortaleza. O Pontífice Paulo VI chegou ainda a nomear o cearense Dom Hélder Câmara como sucessor de Dom José de Medeiros Delgado no Sólio Arquiepiscopal do Maranhão. Ocorreu, porém, o inesperado falecimento de Dom Carlos Gouveia Coelho, Metropolita de Olinda e Recife, tendo Dom Hélder a sua remoção imediata para o Arcebispado Pernambucano, antes mesmo de ocupar a Mitra Maranhense.

Dom João José da Mota e Albuquerque, atual Arcebispo Metropolitano, encontra-se desde o dia 19 de julho de 1964 na chefia da Igreja do Maranhão. Iniciou-se no Episcopado Nacional como 1o. Bispo de Afogados da Ingazeira, em Pernambuco (1957/1962); transferido para Sobral, neste Estado em 1962, ali permanecendo até 1964, quando a Santa Sé o promoveu para a Arquidiocese de São Luís, onde sua atuação pastoral tem sido das mais destacadas. Foi seu Auxiliar Dom Manuel Edmilson da Cruz, que exerce atualmente as mesmas funções em Fortaleza, junto ao nosso eminente Pastor, Cardeal Dom Aloísio Lorscheider.

Criada em 1922, a Província Eclesiástica do Maranhão faz parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, através da Regional

Nordeste I, e além do Arcebispado de São Luís, conta hoje com as seguintes Dioceses e Prelazias:

DIOCESES

CAXIAS

Criada em 22 de julho de 1939, através da Bula SI QUA DIOCESIS NIMIA, do Papa Pio XII, conserva ainda hoje o seu 1o. Bispo, o lazarista Dom Luís Gonzaga Marelim, antigo Reitor do Seminário do Maranhão;

VIANA

Instituída pela Bula DE CHRISTI FIDELIUM, de 30 de outubro de 1962, do Papa João XXIII. Teve como seu 1o. Pastor Dom Hamleto de Angelis, da congregação dos Missionários do Coração de Jesus. Foi seu sucessor, o nosso conterrâneo, Dom Francisco Hélio Campos, de saudosa memória. Atualmente, o capuchinho Dom Frei Adalberto Paulo da Silva;

BACABAL

Inaugurada pelo franciscano Dom Frei Pascávio Rettler, que ainda se encontra no desempenho do cargo;

BREJO

Ocupada pelo salvatoriano Dom Afonso de Oliveira Lima, cearense de Limoeiro do Norte e também seu 1o. Pastor.

Aguarda-se no momento a criação da Diocese de Coroatá, aumentando assim para cinco os Bispados Maranhenses.

PRELAZIAS

SÃO JOSÉ DO GRAJAÚ

Fundada em 10 de fevereiro de 1922, pela Bula RATIONI CONGRUIT, do Papa Pio XI e confiada aos capuchinhos italianos. Atual Prelado — Dom Frei Valentim Giácomo Lázzari;

PINHEIRO

Criada pela Bula AD MAJUS CHRISTI FIDELIUM, de 22 de julho de 1939, no Pontificado de Pio XI e entregue aos Padres do Sagrado Coração de Jesus. É atualmente seu Prelado, Dom Carmelo Cassáti;

STO. ANTÔNIO DE BALSAS

Instituída em 20 de dezembro de 1954, pela Bula QUO MODO SOLEMNE, do Papa Pio XII, administrada por Dom Rino Carlésio, da ordem dos Padres Filhos do Sagrado Coração de Jesus;

CAROLINA

Criada no Pontificado de Pio XII, através da Bula QUI AEQUE, de 14 de janeiro de 1958 e também confiada aos Padres Capuchinhos. Tem como Prelado Dom Frei Marcelino Sérgio Bicego;

CÂNDIDO MENDES

Fundada pelo Papa João XXIII com a Bula QUOD CHRISTUS JESUS, sendo administrada atualmente por Dom Guido Casulo.

O Maranhão, não obstante a sua Diocese já contar com três séculos de existência, ao que nos consta, só contribuiu até agora com quatro filhos para o Episcopado Brasileiro. Foram eles:

Dom Carlos Luiz D'Amour, 1o. Arcebispo de Mato Grosso;
Dom Luiz Raimundo da Silva Brito, 1o. Arcebispo de Olinda e Recife;
Dom Felipe Conduru Pacheco, Bispo de Ilhéus, na Bahia, e depois de Parnaíba, no Piauí;
Dom Frei Adalberto Paulo da Silva, atual Bispo de Viana, naquele Estado.

Senhor Presidente, Senhores Consócios,

Encerrando esta nossa palestra, gostaria que ela representasse, tal como o fizemos no ano passado, quando da decorrência do Tricentenário da fundação do Bispado de Pernambuco, a homenagem do Instituto do Ceará à Igreja do Maranhão, por tão marcante acontecimento em sua História Eclesiástica.

BIBLIOGRAFIA

Dom Francisco de Paula e Silva — Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão.

Dom Felipe Conduru Pachego — História Eclesiástica do Maranhão.

Pedro Calmon — Brasília, Catedral do Brasil.

Annaes do Seminário Archiepiscopal de Olinda (1821—1921).